

UM MANIFESTO FORMALISTA

MENCIUS MOLDBUG · DIA 23 DE ABRIL, 2007

Um dia desses eu estava de bobeira na minha garagem e decidi construir uma nova ideologia.

Qual foi? Acha loucura minha, por acaso? Antes de mais nada, ideologias não são construídas. Elas são repassadas ao longo dos séculos, como receitas de lasanha. Elas precisam ser envelhecidas, como bourbon. Não podem ser bebidas direto do radiador.

E veja só o que acontece quando você se afoba. O que você acha que causa todos os problemas do mundo? Ideologias, é claro. O que você acha que Bush e o Osama têm em comum? Ambos são ideólogos insanos. E você acha que precisamos de mais disso?

Além do mais, construir uma nova ideologia é simplesmente impossível. As pessoas falam em ideologia desde os tempos em que Jesus era criancinha. No mínimo! E eu preciso melhorar os modelos que temos? Um cara qualquer na internet, que trancou a pós-graduação e não fala *nem* grego *nem* latim? Quem que eu penso que sou, por acaso? [Wallace Shawn](#)?

Objecções excelentes, todas elas. Vamos responder uma por uma e depois conversaremos sobre o formalismo.

Para começar, naturalmente, existe um par de ideologias envelhecidas maravilhosamente e que a internet hoje nos descreve com um nível glorioso de detalhe. Elas são conhecidas por muitos nomes, mas vamos chamá-las aqui de [progressismo](#) e [conservadorismo](#).

Minha queixa a respeito do progressismo é que pelos últimos cem anos, no mínimo, a vasta maioria dos escritores, pensadores e pessoas inteligentes de modo geral têm sido progressistas. Portanto, qualquer intelectual em 2007, o que inclui (desde que não tenha acontecido uma dobra espacial na internet onde minhas palavras passaram a ser transmitidas ao vivo na Fox News) qualquer um que esteja lendo isto, foi essencialmente marinado na ideologia progressista.

Isto talvez prejudique a capacidade do indivíduo de detectar possíveis problemas com a visão progressista do mundo.

E quanto ao conservadorismo, nem todos os muçulmanos são terroristas, mas a maioria dos terroristas é muçulmana. Da mesma forma, nem todos os conservadores são cretinos, mas a maioria dos cretinos é conservadora. O movimento conservador americano - que, paradoxalmente, é muito mais jovem do que o movimento progressista, talvez porque houve necessidade de reinventá-lo após a ditadura Roosevelt - tem sido nitidamente afetada por esse público. Ele também é prejudicado pela coincidência eleitoral onde ele precisa odiar tudo que o progressismo adora, uma doença congênita bizarra que parece ser incurável.

A maioria daqueles que não se consideram “progressistas” nem “conservadores” se enquadra em um de dois grupos. São “moderados” ou “libertários”.

Na minha experiência, a maioria das pessoas sensatas se considera “moderada”, “centrista”, “independente”, “não-ideológica”, “pragmática”, “apolítica”, etc. Levando em conta as tragédias descomunais acarretadas pela política no século XX, essa atitude é perfeitamente compreensível. É também, na minha opinião, responsável por grande parte das mortes e destruição que vemos no mundo de hoje.

Moderação não é uma ideologia. Não é uma opinião. Não é um pensamento. É a ausência de pensamento. Se você acredita que o status quo de 2007 é essencialmente íntegro, sinto que você pensaria o mesmo se uma máquina do tempo o transportasse à Viena de 1907. Mas caso você andasse pela Viena de 1907 afirmando que deveria existir uma União Europeia, que africanos e árabes deveriam governar seus próprios países e até colonizar a Europa, que qualquer forma de governo que não seja a democracia parlamentar é perversa, que o papel-moeda é bom para os negócios, que todos os médicos deveriam ser funcionários públicos, etc., etc. - olha, você provavelmente encontraria gente que pensasse igual. Só que eles não se considerariam “moderados”, e tampouco seriam vistos como tal por qualquer outro.

Nada disso. O moderado na Viena de 1907 era aquele que achava Franz Josef I o cara mais incrível na história do planeta. Qual seria a escolha então? Habsburgos ou eurocratas? É um tanto difícil distinguir um do

outro.

Em outras palavras, o problema da moderação é que o “centro” não é uma posição fixa. Ele se desloca. E já que ele se desloca, e já que as pessoas são pessoas, pessoas tentarão deslocá-lo. Isso cria um incentivo à violência - algo que nós formalistas buscamos evitar. Voltarei a isso em breve.

Restam os libertários. Veja bem, eu amo os libertários de paixão. Meu computador tem um socket aberto permanente dedicado ao [Instituto Mises](#). A meu ver, qualquer um que escolhe, de forma intencional, continuar ignorante a respeito do pensamento libertário (especialmente o pensamento [misesiano-rothbardiano](#)) em uma era em que poucos cliques de um mouse podem proporcionar libertarianismo de alta octanagem em doses cavalares, não é uma pessoa de qualquer seriedade intelectual. Além disso, sou um programador que leu um absurdo de ficção científica - dois fatores de risco críticos que levam ao libertarianismo. Portanto, eu poderia muito bem dizer “[leia Rothbard](#)” e deixar por isso mesmo.

Por outro lado, é difícil deixar de perceber dois fatos básicos do universo. Um deles é que o libertarianismo é uma ideia extremamente óbvia. O outro é que ele nunca foi implementado com sucesso.

Isso não comprova nada. Mas o que isso insinua é que o libertarianismo é, como seus detratores sempre se atropelam para afirmar, uma ideologia essencialmente impraticável. Eu adoraria viver em uma sociedade libertária. A questão é: será que existe um caminho que nos leve até lá, partindo de onde estamos? E se chegarmos lá, será que aquilo poderá ser sustentado? Se sua resposta para as duas perguntas é “claro que sim, óbvio”, talvez sua definição de “óbvio” seja diferente da minha.

Foi por isso que decidi construir minha própria ideologia - o “formalismo”.

Não há novidade alguma no formalismo, é claro. Progressistas, conservadores, moderados e libertários todos reconhecerão grandes bocados de suas próprias realidades não-digeridas. Até mesmo a palavra “formalismo” foi apropriada do [formalismo jurídico](#), que é basicamente a mesma ideia, mas vestida em trajes menos chamativos.

Não sou [Vizzini](#). Sou só um cara que compra um monte de livros usados obscuros e que não tem medo de triturar eles, acrescentar tempero e vender o resultado com um nome novo - como um [surimi](#) político. Quase tudo do que eu tenho a dizer está disponível, de forma mais bem escrita, mais detalhada e com muito mais erudição, nas obras de [Jouvenel](#), [Kuehnelt-Leddihn](#), [Leoni](#), [Burnham](#), [Nock](#), etc., etc.

Se você nunca ouviu falar de nenhum desses indivíduos, saiba que eu também não tinha, até começar minha jornada. Se isso o assusta, saiba que deveria mesmo. Trocar sua própria ideologia é um processo que tem muito a ver com neurocirurgia feita por você mesmo. Exige paciência, tolerância, alta resistência a dor e mãos muito firmes. Seja quem você for, já tem uma ideologia na cabeça, e se ela quisesse sair, já teria saído por conta própria.

Não faria sentido algum dar início a esta experiência caótica só para acabar instalando uma outra ideologia que só tem a forma que tem porque alguém decidiu e pronto. O formalismo, como veremos aqui, é uma ideologia criada por geeks para outros geeks. Não é um kit pronto. Não vem com pilhas. Não é só encaixar no lugar. No melhor dos casos, é um ponto de partida geral para ajudar você a construir sua própria ideologia caseira. Se você não se sente à vontade mexendo com uma esquadrejadeira, um osciloscópio e uma autoclave, o formalismo não é para você.

Dito isso:

A ideia básica do formalismo é simplesmente a de que o problema principal dos afazeres da humanidade é a violência. O objetivo é desenvolver uma forma para que humanos possam interagir, em um planeta de tamanho extraordinariamente limitado, sem violência.

Violência organizada, em especial. Comparados à violência organizada de humano contra humano, na visão de um bom formalista, todos os outros problemas - Miséria, Aquecimento Global, Deterioração Moral, etc., etc., etc. - são basicamente irrisórios. Depois de lidarmos com a violência, podemos quem sabe nos preocuparmos um pouco com a Deterioração Moral, mas considerando que a violência organizada matou algumas centenas de milhões de pessoas no último século, enquanto a Deterioração Moral só nos rendeu o “American Idol”, creio que as

prioridades estão bem claras.

O importante aqui é ver a questão não como um problema moral, mas sim um problema de engenharia. Qualquer solução que resolva o problema é aceitável. Qualquer solução que não resolva o problema é inaceitável.

Por exemplo, existe uma ideia chamada [pacifismo](#), parte do leque geral progressista, que afirma ser uma solução para a violência. Pelo que eu entendo, a ideia do pacifismo é que se eu e você conseguirmos ser não-violentos, todos os outros seres humanos também serão não-violentos.

Não tenho dúvida alguma de que o pacifismo é eficaz em certos casos. Na Irlanda do Norte, por exemplo, parece cair como uma luva. Mas o princípio da coisa tem uma certa lógica nos moldes do “[centésimo macaco](#)” que a minha mente linear ocidental nunca consegue sacar. Me parece que se todos forem pacifistas, mas uma única pessoa decidir não ser pacifista, essa pessoa vai acabar dominando o mundo. Hm.

Um outro empecilho é o fato de que a definição de “violência” não é tão óbvia. Se eu tomar sua carteira com toda a delicadeza e você vier atrás de mim com sua Glock e eu for forçado a implorar para devolvê-la, quem de nós está sendo violento? E se eu disser “ora, a carteira era sua - mas agora é minha”?

Isso me diz, no mínimo dos mínimos, que precisamos de uma regra que nos diga a quem pertence cada carteira. Violência, portanto, é qualquer coisa que quebre a regra, ou substitua ela com uma regra diferente. Quando a regra é clara e obedecida por todos, não há violência.

Em outras palavras, violência é igual a *conflito mais incerteza*. Enquanto houverem carteiras no mundo, haverá conflito. Mas se pudermos eliminar a incerteza - se houver uma regra inequívoca e inviolável que nos diga, de antemão, quem ficará com a carteira - eu não terei motivo para enfiar minha mão no seu bolso, e você não terá motivo para vir correndo atrás de mim dando tiros ao esmo. Nenhuma atitude nossa, por definição, terá como mudar o resultado do conflito.

Violência em qualquer escala não faz sentido algum na ausência de incerteza. Pense na guerra. Se um dos exércitos sabe que vai perder a guerra, talvez graças aos conselhos de um oráculo infalível, ele não tem

motivo para batalhar. Não seria melhor se render e encerrar o assunto?

Mas isso só multiplica nossas dificuldades. De onde vêm essas regras? O que garante a elas esse caráter inviolável? Quem é nomeado oráculo? Por que a carteira é “sua”, e não “minha”? O que acontece quando discordamos sobre essas questões? Se há uma regra para cada carteira, como será possível lembrar de todas elas? E se for eu com a Glock, e não você?

Felizmente, grandes filósofos já passaram muitas longas horas ponderando sobre esses detalhes. As respostas que apresento aqui são deles, não minhas.

Para começar, uma forma sensata de se estabelecer regras é a determinação de que você se compromete a seguir uma regra somente se concordar com ela. Não temos regras criadas pelos próprios deuses. O que temos, na realidade, são acordos, não regras. Concordar com uma coisa e depois desconcordar quando for conveniente é certamente a atitude de um biltre. Aliás, quando se fecha um acordo, o próprio acordo pode muito bem cobrir as consequências desse tipo de comportamento irresponsável.

Caso você seja um maluco que não aceita regra alguma - nem mesmo a regra de que você não vai sair matando pessoas a torto e direito na rua - tudo bem. Vá morar na selva, ou coisa parecida. Não espere que os outros deixem você perambular por suas ruas, bem como também não tolerariam, por exemplo, um urso polar. Não há qualquer princípio moral que diga que ursos polares são maus, mas a presença deles simplesmente não é compatível com a vida urbana moderna.

Dois tipos de acordos começam a tomar forma aqui. Temos os acordos feitos com outros indivíduos específicos - eu concordo em pintar sua casa, e você concorda em pagar pelo serviço. Existem também acordos como “não vou matar ninguém na rua”. Mas será que esses acordos são diferentes mesmo? Eu creio que não. Creio que o segundo tipo de acordo é simplesmente seu acordo com *quem quer que seja o dono da rua*.

Se carteiras têm donos, o que impede que ruas tenham donos? Carteiras precisam ter donos, lógico, porque no final das contas, algum indivíduo decide o que acontecerá com a carteira. Será que vai embora no seu bolso, ou no meu? Ruas ficam onde estão, mas mesmo assim, muitas

decisões precisam ser tomadas - quem pavimenta a rua? Quando e por quê? As pessoas estão autorizadas a matar outros nessa rua, ou é uma daquelas ruas especiais sem matança? E vendedores de rua? E por aí vai.

Naturalmente, se eu sou o dono da Rua 44 e você é o dono da 45 e da 43, a possibilidade de um relacionamento complexo entre nós passa a ser não-trivial. E a complexidade é vizinha da ambiguidade, que é vizinha da incerteza, e aí surgem as Glocks novamente. Ou seja, sendo realista, creio que é provavelmente uma questão não de donos de ruas, mas sim donos de unidades maiores e mais bem-definidas - quadras, talvez, ou até cidades.

Ser dono de uma cidade! Isso sim, seria muito legal. Mas isso nos leva de volta a um assunto que pulamos por completo, que é a de quem é dono de quê. Como que isso é decidido? Será que eu mereço ser dono de uma cidade? Tenho tanto mérito assim? Eu acho que sim. Você pode ficar com a sua carteira, e eu posso ganhar Baltimore, por exemplo.

Existe uma tal ideia chamada [justiça social](#), e muita gente acredita nela. O conceito, na verdade, é bastante universal no momento em que escrevo este texto. O que esse conceito nos diz é que a Terra é pequena e tem recursos limitados, tais como cidades, dos quais todos queremos o máximo possível. Mas nem todos podem ser donos de cidades, e nem sequer de ruas, então precisamos dividir tudo de forma equilibrada. Afinal, nós seres humanos somos iguais, e ninguém é mais igual que qualquer outro.

Justiça social parece ser algo muito bonito. Mas há três complicações.

A primeira é que muitas dessas coisas bonitas não servem para comparações diretas. Se eu ganho uma maçã e você ganha uma laranja, será que somos iguais. Há margem para discussão - à base de Glocks, talvez.

A segunda é que mesmo que todos começassem em situação de igualdade em todos os quesitos, já que as pessoas são diferentes, têm necessidades e capacitações diferentes e por aí vai, e o conceito de posse significa que se você é dono de alguma coisa, que aquilo pode ser repassado a outro, é provável que essa igualdade não dure. Aliás, é basicamente impossível combinar um sistema onde acordos continuam acordados com um onde a

igualdade permanece igual.

Isso nos diz que se tentarmos garantir igualdade permanente, isso provavelmente levará a violência permanente. Não sou muito fã de “provas empíricas”, mas sinto que essa previsão corresponde razoavelmente bem à realidade.

Mas a terceira, que é a que mata (por assim dizer), é que nós não estamos, na verdade, criando uma utopia abstrata aqui. Estamos tentando consertar o mundo real, que, caso não tenha percebido, está extremamente ferrado. Em muitos casos, não há concordância concreta sobre quem é dono de quê (E a Palestina, gente?), mas a maioria das coisas boas no mundo parecem seguir uma cadeia de controle bastante definitiva.

Se precisarmos começar com uma redistribuição igualitária dos bens, ou realmente, com qualquer mudança na distribuição atual, nós estaríamos dificultando nossa própria vida de forma um tanto desnecessária. Seria como dizer “viemos em paz, acreditamos que todos devem ser livres e iguais, vamos abraçar”. Alcance as minhas costas com seus braços. Deu para sentir um objeto no bolso de trás da minha calça? Pois é. É exatamente o que você imagina. E está carregada. Vá passando sua cidade/carteira/maçã/laranja, porque sei de outra pessoa que precisa mais dela do que você.

O objetivo do formalismo é justamente evitar esse desviozinho desagradável. O formalismo diz: vamos determinar quem tem o quê *agora* e dar a eles um certificado bem bonitinho. Não vamos nos adentrar na questão de quem *deveria* ter o quê. Afinal, gostando ou não, isso é simplesmente uma receita para mais violência. Seria muito difícil bolar uma regra que explicasse por que deveríamos devolver Haifa aos palestinos sem que a mesma determinasse que deveríamos devolver Londres aos galeses.

Até aqui, você provavelmente acha que isso é muito parecido com o libertarianismo. Mas há uma grande diferença.

Libertários podem até achar que Londres deveria ser devolvida aos galeses. Ou não. Ainda não sei dizer ao certo se consigo decifrar o posicionamento de Rothbard a respeito desta questão - o que, como

temos visto, já é um problema por si só.

Mas se tem uma coisa que todo libertário acredita, é que *a América deveria ser devolvida aos americanos*. Em outras palavras, libertários (os legítimos, ao menos) acreditam que os EUA são basicamente uma autoridade usurpadora ilegítima, que imposto é roubo, que eles como indivíduos são essencialmente tratados como animais portadores de peles por essa máfia armada estranha e intrometida, que conseguiu convencer o resto do país, não sei como, a idolatrá-la como se fosse a Igreja de Deus ou coisa parecida, e não um punhado de caras com distintivos reluzentes e armas enormes.

Um bom formalista não atura nada disso.

Para o formalista, afinal, o fato de que os EUA podem determinar o que acontece no continente norte-americano entre o paralelo 49 e o rio Grande, Alasca e Havaí, etc., significa que eles são a entidade que detêm a posse do território. E o fato de que os EUA sugam pagamentos regulares das criaturas peludas supracitadas significa, sem mais nem menos, que eles detêm esse direito. As diversas manobras e pseudolegalidades através das quais eles adquiriram tais propriedades não passam de história. O que importa é que hoje elas pertencem ao país, que não quer abrir mão delas, bem como você, que não quer me dar sua carteira.

Sob essa ótica, se a responsabilidade de abrir mão de uma fatia de seu salário faz de você um [servo](#) (uma reutilização razoável da palavra, certamente, para nossa época menos agrícola), então é exatamente isso que os americanos são - servos.

Servos corporativos, para ser mais exato, pois os EUA não passam de uma corporação. Ou seja, são uma estrutura formal através da qual um grupo de indivíduos concordam em agir de maneira coletiva para realizar algum objetivo.

E daí? Sou um servo corporativo, então. Isso é tão ruim assim? Sinto que estou bastante acostumado à situação. Por dois dias da semana, eu trabalho para o Lorde Metido a Besta. Ou para a Produtos Globais Genéricos. Ou seja quem for. O destinatário do cheque faz diferença, por acaso?

A diferenciação moderna entre corporações “privadas” e “governos” é, na verdade, [um fenômeno bem recente](#). Os EUA são certamente diferentes da Microsoft, por exemplo, em termos do fato que os EUA providenciam sua própria segurança. Por outro lado, bem como a Microsoft depende dos EUA para fornecer grande parte de sua segurança, os EUA contam com a Microsoft para fornecer grande parte de seu software. Não está muito claro por que isso significa que uma dessas corporações é especial e a outra é não-especial.

Naturalmente, o propósito da Microsoft não é escrever software, mas sim gerar lucros para seus acionistas. A Sociedade Americana do Câncer é uma corporação também, e também tem um propósito - curar o câncer. Eu já perdi muito trabalho na vida por conta do suposto “software” da Microsoft, e suas ações, francamente, são uma causa perdida. E o câncer ainda está por aí.

Agora, caso os CEOs da MSFT ou da SAC estejam lendo isto, eu não tenho recado nenhum a passar a vocês. Vocês entendem o que estão tentando fazer, e seus funcionários devem estar fazendo o melhor possível, dentro de suas capacidades. Caso não estejam, mandem os babacas ao olho da rua.

Mas eu não faço ideia de qual é o propósito dos EUA.

Ouvi dizer que existe um certo [alguém](#) que supostamente administra a instituição. Mas parece que ele nem sequer consegue despedir seus [funcionários](#) - o que é provavelmente um ponto positivo, porque dizem que ele não é exatamente um [Jack Welch](#), se é que vocês [me entendem](#). Aliás, se algum de vocês for capaz de identificar um evento relevante sequer que aconteceu na América do Norte porque Bush, e não Kerry, foi eleito em 2004, eu adoraria ouvir essa explicação. Porque minha impressão geral é basicamente a de que o presidente exerce tanta influência sobre as ações dos EUA quanto o Imperador Soberano dos Céus, o Divino Mikado, tem sobre as ações do Japão. Ou seja, praticamente nenhuma.

Os EUA existem, lógico. Eles tomam atitudes, lógico. Mas o processo pelo qual eles decidem que atitudes tomarão é tão bizantino que, na visão de qualquer pessoa fora do Beltway, poderiam consultar [entranhas de bois](#) e daria na mesma.

Portanto, o manifesto formalista é o seguinte: os EUA não passam de uma corporação. Não são um truste místico consignado a nós ao longo das gerações. Não são o receptáculo de todas as nossas esperanças e medos, a voz da consciência ou a espada vingadora da justiça. São simplesmente uma companhia enorme e antiga que armazena uma montanha imensa de ativos, não tem noção clara do que está tentando fazer com eles e está se debatendo freneticamente como um tubarão de 40 litros em um balde de 20 litros, com tinta vermelha jorrando de seu quaquilhão de guelras.

Para o formalista, o jeito de consertar os EUA é descartando a baboseira mística da antiguidade, as [preces corporativas](#) e [gritos de guerra](#), determinando quem são os donos desta monstruosidade e deixando que eles decidam que diabos farão com ela. Não considero loucura dizer que todas as opções - inclusive reestruturação e liquidação - deveriam ser consideradas.

Quer o objeto seja os EUA, Baltimore ou sua carteira, o formalista só fica satisfeito quando posse e controle são equivalentes. Para realizar esta reformalização, portanto, precisamos determinar quem detém o poder real nos EUA e distribuir ações para reproduzir essa distribuição da forma mais exata possível.

Agora, se você acredita na baboseira mística, você provavelmente diria que todo cidadão deveria receber uma ação, naturalmente. Mas essa é uma visão um tanto inocente da verdadeira estrutura de poder dos EUA. Lembre-se que nosso objetivo não é determinar quem *deveria* ter o quê, mas sim quem *tem* o quê.

Por exemplo, se o New York Times decidisse apoiar nosso plano de reformalização, ele teria muito mais chance de se concretizar. Isso insinua que o New York Times tem poder expressivo, e conseqüentemente, deveria receber um número expressivo de ações.

Mas espere aí. Ainda não respondemos a pergunta. Qual é o propósito dos EUA? Suponha, puramente para fins ilustrativos, que nós entregássemos *todas* as ações ao New York Times. O que você acha que "[Punch](#)" [Sulzberger](#) faria com seu país reluzente novinho em folha?

Muita gente, e esse grupo provavelmente inclui o sr. Sulzberger, parece

que considera os EUA um empreendimento beneficente. Bem como a Sociedade Americana do Câncer, mas com uma missão mais abrangente. Talvez o propósito dos EUA seja simplesmente fazer o bem no mundo.

Esse é um ponto de vista perfeitamente compreensível. Certamente, caso ainda reste algo de não-bom no mundo, esse algo pode ser derrotado por meio de uma megacaridade gigantesca armada até os dentes, com bombas atômicas, uma bandeira e 250 milhões de servos. Aliás, chega a ser um tanto espantoso que, considerando os dotes fenomenais desta grande instituição filantrópica, ela parece fazer tão pouco bem.

Isso talvez esteja ligado ao fato de que ela é gerenciada de forma tão eficiente que ela não equilibra seu orçamento desde a década de 1830. Quem sabe, se reformalizássemos os EUA, administrássemos eles como um verdadeiro negócio e distribuíssemos suas ações entre um grande conjunto de caridades distintas, cada uma, presumo, com um estatuto específico guiado por um propósito específico real, isso renderia mais bem.

Ativos não são tudo que os EUA têm, lógico. Infelizmente, eles também têm [dívidas](#). Algumas dessas dívidas, tais como LFTs, já estão muito bem formalizadas. Outras, tais como a seguridade social e o Medicare, são informais e estão sujeitas a incertezas políticas. Caso esses compromissos fossem reformalizados, seus recipientes só teriam a ganhar. Naturalmente, eles então virariam títulos negociáveis que poderiam ser, por exemplo, vendidos. Talvez em troca de crack. Assim sendo, a reformalização exige que haja uma distinção entre propriedade e caridade, que é um problema complicado, mas importante.

Nada disso responde a questão: estados-nações, tais como os EUA, são sequer úteis? Se reformalizássemos os EUA, responder a pergunta caberia a seus acionistas. Talvez cidades funcionem melhor sob titularidade e gestão independentes. Nesse caso, elas deveriam passar por uma cisão, formando corporações distintas.

A existência de cidades-estados bem-sucedidas, tais como Cingapura, Hong Kong e Dubai, certamente propõe uma resposta para esta questão. Seja qual rótulo escolhermos, esses lugares são notáveis por sua prosperidade e relativa ausência de política. De fato, talvez a única medida possível para tornar esses lugares ainda mais estáveis e seguros

seria transformá-los de corporações efetivamente de família (Cingapura e Dubai) ou subsidiárias (Hong Kong) a um domínio público anônimo, eliminando assim o risco de eclosão de violência política a longo prazo.

Certamente, a ausência de democracia nesses estados-cidades não faz com que elas sejam comparáveis à Alemanha nazista ou à União Soviética em qualquer sentido. Quaisquer restrições à liberdade individual instauradas lá parecem ter o foco principal de impedir o advento da democracia - uma preocupação compreensível, considerando o histórico do governo nas mãos do Povo. De fato, tanto o [Terceiro Reich](#) quanto o [mundo comunista](#) frequentemente afirmavam representar o verdadeiro espírito da democracia.

Como vemos em [Dubai](#), especialmente, um governo (como qualquer corporação) é capaz de providenciar atendimento excelente aos consumidores sem ser dono dos consumidores, e sem que os consumidores sejam seus donos. Grande parte dos moradores de Dubai nem são cidadãos. Se o [Sheikh Al Maktoum](#) por acaso tem algum plano ardiloso em mente para se apoderar de todos eles, acorrentá-los e forçar que eles trabalhem nas minas de sal, seus métodos são muito labirínticos.

Dubai, como localização, não tem praticamente nada que seja digno de recomendação. O clima é horrível, os pontos turísticos são inexistentes e a vizinhança é pavorosa. É pequena, no meio do nada e cercada de maníacos fanáticos por Alá com uma afinidade muito suspeita por centrífugas de alta velocidade. Mesmo assim, um quarto dos guindastes do mundo estão lá, e a cidade cresce como uma erva daninha. Se deixássemos que os Maktoums administrassem, digamos, Baltimore, o que aconteceria?

Uma conclusão do formalismo é que a democracia - como era o consenso entre a maioria dos escritores de antes do século XIX - é um sistema de governo ineficaz e destrutivo. O conceito de democracia sem política não faz um pingão de sentido, e como temos visto, política e guerra representam um continuum. A política democrática é melhor compreendida como uma forma de violência simbólica, como a decisão de quem vence uma batalha com base no número de tropas que cada lado trouxe.

Formalistas atribuem o sucesso da Europa, Japão e EUA após a Segunda

Guerra não à democracia, mas sim à ausência dela. Mesmo mantendo as estruturas simbólicas da democracia, bem como o Principado romano, que manteve o Senado, o sistema ocidental pós-guerra delegou quase todo o verdadeiro poder decisório a seus funcionários públicos e juízes, que são “apolíticos” e “não-partidários” - ou seja, não democráticos.

Já que, na ausência de um controle externo eficaz, esses serviços públicos são basicamente autogovernados, como qualquer empreendimento não administrado, eles frequentemente parecem existir e expandir sem motivo além da pura existência e expansão. Mas eles evitam o [sistema de clientelismo](#) que invariavelmente brota quando as tribunas do povo detêm poder real. E fazem um trabalho razoável, embora longe de magnífico, em preservar um arremedo das leis.

Em outras palavras, a “democracia” parece funcionar porque, na realidade, ela não é uma democracia. É uma implementação medíocre do formalismo. Esse relacionamento entre o simbolismo e a realidade passou por uma prova educativa, embora deprimente, na forma do Iraque, onde não há qualquer tipo de lei, mas onde implementamos a forma mais pura e elegante da democracia (a representação proporcional) e nomeamos ministros que parecem administrar mesmo seus ministérios. Por mais que a história não realize experimentos controlados, a comparação entre o Iraque e Dubai é certamente um bom argumento a favor do formalismo ao invés da democracia.